

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTOS – CMDCA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 01 DE ABRIL DE 2026

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, nas dependências da Casa da Cidadania de Santos, situada à Rua XV de Novembro, nº 119, 3º andar, Centro, Santos/SP, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos – CMDCA, presidida pela Sra. Fernanda Souza Santos, Presidente do Conselho, com a presença dos conselheiros governamentais e da sociedade civil, representantes de entidades registradas, convidados e demais participantes, conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva. A Presidente deu início aos trabalhos e apresentou a pauta da reunião.

1. Apreciação das Atas Anteriores

Foi informado que as atas das Assembleias Gerais Ordinárias dos meses anteriores ainda se encontravam em fase de elaboração e consolidação, permanecendo pendentes para apreciação e deliberação em reunião posterior.

2. Relatos da Diretoria Executiva

A Presidente apresentou informes da Diretoria Executiva, destacando inicialmente os agradecimentos a todos os parceiros, servidores, conselheiros e colaboradores envolvidos na realização do evento **Destinação Criança**, ressaltando a importância da mobilização em prol do fortalecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Também foram apresentados informes relativos às tratativas sobre comunicação institucional do Conselho, parcerias em desenvolvimento com instituições de ensino superior e ações preparatórias para as atividades previstas ao longo do ano de 2026.

3. Revalidação de Registro de Entidades

Associação Flores de Maria

As conselheiras responsáveis pela visita técnica apresentaram parecer favorável à revalidação do registro da entidade. Foi destacado o trabalho desenvolvido junto a crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, por meio de atendimentos multiprofissionais e ações voltadas à inclusão e ao desenvolvimento integral dos usuários. Após os esclarecimentos prestados pela instituição, o plenário aprovou a revalidação do registro.

Associação Espírita Seara de Jesus

A comissão responsável apresentou parecer favorável à revalidação, destacando os serviços ofertados à população, especialmente às pessoas com deficiência, por meio de atendimentos educacionais, terapêuticos e de inclusão social. Após os esclarecimentos prestados pelos representantes da entidade, a revalidação foi aprovada pelo plenário.

Fundação Settaport

Foi apresentado parecer favorável da comissão de visita técnica. A entidade apresentou suas atividades voltadas à qualificação profissional de adolescentes e jovens, especialmente nas áreas portuária, logística e administrativa. Após os esclarecimentos, o plenário aprovou a revalidação do registro.

Instituto Querô

A comissão responsável apresentou parecer favorável à revalidação do registro. Foi destacado o trabalho desenvolvido por meio da educomunicação, formação audiovisual,

cidadania e desenvolvimento de competências socioemocionais junto a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Os representantes informaram que o Instituto completa vinte anos de atuação em 2026, apresentando resultados expressivos em formação cidadã e inserção profissional. Após os esclarecimentos prestados, o plenário aprovou a revalidação do registro da entidade.

4. Deliberação sobre Inscrição de Nova Entidade – Projeto Social Esportivo Brasil Futuro

Passou-se à análise do pedido de inscrição da entidade Projeto Social Esportivo Brasil Futuro.

A comissão responsável apresentou parecer favorável ao registro, destacando que a organização desenvolve atividades esportivas gratuitas voltadas a crianças e adolescentes, especialmente por meio da prática do futsal, promovendo inclusão social, convivência comunitária e fortalecimento de vínculos familiares.

O representante da entidade apresentou histórico do projeto, informando que a iniciativa atua há aproximadamente quatorze anos, atendendo crianças e adolescentes de forma voluntária, com apoio da comunidade local.

Após os esclarecimentos e manifestação favorável da comissão, o plenário aprovou a inscrição da entidade junto ao CMDCA.

5. Apresentação do Projeto “Memórias em Rede” – Devir Educom

Na sequência, a organização Devir Educom apresentou o balanço final do Projeto “Memórias em Rede”, financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Foi informado que o projeto desenvolveu ações de educomunicação, educação midiática, direitos humanos e fortalecimento do protagonismo juvenil nos territórios da Vila Nova, Saboó, Casa da Criança da Dona Benedita e Creche Noturna.

Os representantes apresentaram indicadores de execução, relatando atendimento direto a mais de duzentas e quarenta crianças e adolescentes e formação de dezenas de profissionais das instituições participantes. Também foram destacados resultados relacionados ao fortalecimento da comunicação, participação cidadã, pensamento crítico, valorização dos territórios e desenvolvimento de competências socioemocionais.

Jovens participantes do projeto compartilharam depoimentos sobre suas experiências, relatando impactos positivos em suas trajetórias pessoais, educacionais e profissionais.

O plenário registrou elogios à iniciativa e agradeceu à equipe da Devir Educom pelos resultados apresentados.

6. Informes sobre o Programa Destinação Criança

A Presidente informou que o tema “Destinação Criança” passará a integrar permanentemente as pautas do Conselho ao longo do ano, visando acompanhar os resultados das campanhas de incentivo à destinação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fortalecer as estratégias de mobilização junto à sociedade civil e ao setor empresarial.

7. XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Foram apresentados informes acerca do processo preparatório da XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Presidente informou que as atividades preparatórias deverão ser realizadas prioritariamente no primeiro semestre, considerando o calendário eleitoral e os prazos estabelecidos pelos órgãos de controle.

Foi apresentada a proposta de participação de adolescentes representantes das entidades Devir Educom, ELOS e Concidadania na organização e construção do processo de conferência. Para viabilizar a participação dos adolescentes nas reuniões preparatórias, foi proposta a utilização de vales-transporte custeados com recursos previamente previstos para essa finalidade.

Submetida à apreciação do plenário, a proposta foi aprovada.

Também foram debatidas estratégias para realização de pré-conferências nos territórios e equipamentos públicos do município.

8. Alteração do Plano de Aplicação para a Conferência Municipal

A Câmara Financeira apresentou proposta de inclusão de rubrica específica no Plano de Aplicação do CMDCA destinada à realização da XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Foi informado que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possuía saldo superior a seis milhões de reais, havendo disponibilidade financeira para contemplar as despesas necessárias ao processo de conferência.

Após discussão, o plenário aprovou a criação da rubrica específica para a Conferência, permanecendo a definição detalhada dos valores e despesas sob acompanhamento da Câmara Financeira e da Comissão Organizadora.

9. Recomposição da Comissão de Acompanhamento dos Serviços de Acolhimento Institucional – SAICAS

A Presidente apresentou proposta de recomposição da Comissão de Acompanhamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

Foi ressaltada a importância da comissão para o monitoramento dos serviços de acolhimento existentes no município, bem como para o acompanhamento das condições de atendimento, garantia de direitos e desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos.

Após discussão, foi aprovada a recomposição da comissão, ficando autorizada a inclusão de novos membros e convidados conforme necessidade dos trabalhos.

10. Demandas Relacionadas à Inclusão Escolar e Serviços Especializados

Foram apresentadas preocupações relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes com deficiência na rede municipal de ensino, especialmente quanto à disponibilização de profissionais de apoio escolar.

Também foram relatadas demandas relacionadas ao CREAS, filas de atendimento e dificuldades de acesso aos serviços especializados.

Diante dos relatos apresentados, foi deliberado o envio de novos ofícios à Secretaria Municipal de Educação e aos órgãos competentes solicitando informações atualizadas acerca dos atendimentos, quantitativos de profissionais disponíveis e medidas adotadas para enfrentamento das demandas existentes.

11. Indicação de Representante para Grupo Articulador dos Conselhos Escolares

A Presidente informou sobre convite recebido para participação do CMDCA em grupo articulador voltado ao fortalecimento dos Conselhos Escolares e da participação estudantil.

O tema foi debatido e ficou sob responsabilidade da Diretoria Executiva a formalização da indicação de representante do Conselho.

12. Participação no XI Encontro Brasileiro de Educomunicação

Foi apreciado os informes apresentados pela Devir Educom acerca do evento “XI Encontro Brasileiro de Educomunicação”, com a possibilidade de participação de adolescentes e conselheiros, a ser realizado em Santarém/PA de 13 a 16 de outubro.

Na ocasião foi informado o quantitativo de vagas disponibilizadas para a referida participação (15), sendo aberta consulta aos conselheiros e entidades presentes na Assembleia a respeito do interesse de participar do referido evento.

Após discussão, três instituições que atuam com ações e projetos voltados à Educomunicação apresentaram interesse em participar do evento. Sendo assim, a plenária aprovou a participação dos adolescentes, responsáveis e conselheiros e deliberou favoravelmente pelo prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários para viabilização da atividade.

13. Participação no I Encontro Nacional da Rede de Proteção

Foi apresentada proposta de participação de representantes do CMDCA no I Encontro Nacional da Rede de Proteção, previsto para ocorrer em Ribeirão Preto/SP.

A proposta foi aprovada, ficando definido que os participantes deverão apresentar devolutiva ao plenário após a participação no evento.

14. Relato da Câmara Financeira

A Câmara Financeira apresentou relato sobre reunião realizada com a área responsável pelo planejamento orçamentário municipal referente ao exercício de 2027.

Os representantes manifestaram preocupação quanto ao valor inicialmente previsto para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e destacaram a necessidade de maior alinhamento entre o Plano de Aplicação aprovado pelo CMDCA e os instrumentos oficiais de planejamento e orçamento do Município.

Também foram debatidos indicadores utilizados pelo planejamento municipal e a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e avaliação das ações financiadas pelo Fundo.

Ficou deliberada a elaboração de manifestação técnica da Câmara Financeira sobre o tema.

15. Relatos dos Conselhos Tutelares

A representante da base da Zona Noroeste apresentou relatos sobre demandas relacionadas à inclusão escolar, profissionais de apoio, atendimento especializado, filas de espera do CREAS e demais situações acompanhadas pelos Conselhos Tutelares.

Foi informado que as bases seguem acompanhando os casos e realizando articulações junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos da rede de proteção.

16. Relato da Câmara de Planejamento

A Câmara de Planejamento informou o acompanhamento dos serviços de acolhimento institucional, incluindo visitas técnicas e monitoramento da situação da entidade Anália Franco.

Foi deliberado o envio de ofícios à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e à Vara da Infância e Juventude para levantamento atualizado do perfil das crianças e adolescentes acolhidos no município.

Também foram apresentados os estudos em andamento sobre o Programa Família Acolhedora e sobre o relatório de avaliação do III Seminário Santos pela Primeira Infância.

17. Relato da Comissão CEVISS

A Comissão CEVISS informou que realizará nova eleição para sua secretária interna, em razão da ausência de quórum suficiente na reunião anterior.

Foram apresentados os encaminhamentos relativos à Campanha Maio Laranja, incluindo a decisão de não realizar pedágio educativo neste ano, em razão das preocupações relacionadas à segurança dos participantes.

A comissão informou que está organizando a realização do Bonde da Prevenção, bem como outras ações de conscientização para o mês de maio.

Também foi relatado o levantamento dos materiais institucionais disponíveis para a campanha, atualização das peças gráficas e articulações para realização de rodas de conversa e capacitações voltadas aos Conselhos Tutelares e à rede de proteção.

Foi informado ainda o início dos trabalhos de atualização da cartilha dos fluxos de atendimento da rede de proteção.

Ao final, foi registrada manifestação destacando a importância do respeito às mulheres, da valorização de suas trajetórias e do enfrentamento às diversas formas de violência de gênero.

18. Assuntos Gerais

Nos assuntos gerais foram apresentados informes sobre a Semana do Brincar, ações relacionadas ao Programa Santos pela Primeira Infância, atividades do Comitê Urban95 e eventos institucionais previstos para os meses subsequentes.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Assembleia Geral Ordinária às treze horas, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidência e pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos – CMDCA.

Os encaminhamentos serão sistematizados e compartilhados com os membros do colegiado nos próximos dias, e a próxima assembleia está prevista para maio de 2026.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Assembleia às treze horas. Eu, Marcos Vinícios Santos, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Presidência e pela Secretaria Executiva do CMDCA.

Santos, 01 de abril de 2026.

Fernanda Souza Santos

Presidente do CMDCA

Marcos Vinícios Santos

2º Secretário CMDCA